

PMDB convoca bancadas para votar regimento

Líder confia no acordo mas admite novo confronto com o PFL na questão da exclusividade



Luiz Henrique (PMDB) convocou os deputados, temendo novos impasses nas negociações com Lourenço (PFL)



Iram prega autonomia à Justiça

O senador Iram Saraiva (PMDB-GO) quer que a Assembleia Nacional Constituinte coopere para o fortalecimento do Poder Judiciário no Brasil contribuindo para a definição de sua autonomia financeira, administrativa e política. Para o senador goiano, o Judiciário, como a "chave do sistema democrático", necessita de instrumentos adequados para operar neste sentido.

Explicou que até o advento da Nova República, o país vivia num regime de exceção. O governo Geisel imperou sob a égide dos atos institucionais, com poderes superiores aos da própria Constituição. Nesse período, ressaltou o senador, o Poder Judiciário foi desprestigiado, embora com as parcas forças que ainda lhe restavam tentasse proferir com dignidade seu entendimento e proclamar seu desempenho com independência.

AUTONOMIA

Sobre a autonomia financeira...

...o representante de Goiás na Constituinte afirmou que o Poder Judiciário não arcaava para si. "O que arcaava, mesmo no exercício de suas funções precípua (administração e justiça), a título de custas e emolumentos, transferia para os cofres públicos sem qualquer reversão".

Quando a autonomia administrativa, Iram Saraiva acentuou que é com os meios obtidos orçamentariamente que o Poder Judiciário se organiza e exerce sua principal função: prestar jurisdição. "Se o Poder Judiciário não pode criar cargos de juizes, não pode criar cargos de escrivão, de escreventes ou de oficiais de justiça, dependendo dos mínimos detalhes do Poder Executivo", lamentou Iram Saraiva, para quem a desburocratização neste sentido é essencial para o bom desempenho da justiça no país.

POLÍTICO

No plano político, segundo o senador goiano, não é diferente. Os juizes ingressam na carreira mediante concurso de provas e títulos, mas dali para a frente tornam-se totalmente dependentes do Executivo, desde a primeira nomeação até a última, tanto no judiciário estadual quanto no federal.

"Constituinte exclusiva não tem apoio"

SAO LUIS — O deputado federal do PFL, Enoc Vieira, disse ontem em São Luís, que a ala radical do PMDB não conseguirá aprovar o regimento da Constituinte nos termos propostos no substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, pelo qual a atual Constituição poderá ser alterada, propiciando a redução do mandato do presidente José Sarney e a mudança do regime presidencialista para parlamentarista, como é o desejo dessa corrente. "O PFL não aceita a tese defendida pelo PMDB da constituinte exclusiva" — garantiu Enoc Vieira.

Pedro Simon é aplaudido por mulheres

Porto Alegre — O governador eleito Pedro Simon agradeceu de braços erguidos o forte aplauso que recebeu ao subir no estrado da mesa diretora dos trabalhos do II Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais, no Ginásio de Esportes do Intercontinental, quando era elaborado um documento de propostas à Constituinte, reivindicando direitos de trabalhadoras. Mas, também teve que ouvir, um pouco constrangido, o grito unido das mais de 20 mil trabalhadoras que cobravam a ausência do convidado ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. "Na hora do pega, onde o ministro está? Está na maçega".

IBSEN PINHEIRO "A Constituinte é livre e soberana"

Quando o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso estourou como uma bomba entre os pequenos partidos, o líder do PC do B, Haroldo Lima, procurou o deputado Ibsen Pinheiro — que no momento respondia pela liderança do PMDB na Câmara. Mostrou-lhe as exigências impostas a todo tipo de ação — e no mínimo obteve solidariedade para a cruzada dos nancicos contra as normas vistas como esmagadoras. Ibsen, um gaúcho de São Borja, cumprindo seu segundo mandato como deputado federal, defende um meio-termo entre as posições mais radicais sobre a soberania da Constituinte, assinalando que ela paira sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário — e diz, nesta entrevista, respeitar a luta do PDT por direitos logo após a promulgação da nova Constituição. Mas



Ibsen Pinheiro

estar presente na Assembleia. Seu partido está lá representado — e muito expressivamente. E o partido majoritário. Ao contrário da Câmara e do Senado, que são poderes constituídos, colocados ao nível do Executivo e do Judiciário, a Constituinte paira acima de todos os demais poderes.

E a crise econômica? O senhor acha que ela terá algum reflexo forte na Assembleia? Atrapalhará seus trabalhos, na medida em que se refletir lá dentro?

— Sinceramente — ao contrário de muitas manifestações que tenho ouvido — eu acho que não. Muitas lideranças temem que as dificuldades econômicas possam perturbar o trabalho de elaboração constitucional. Não concordo com isso. Penso que as instituições democráticas estão fortes porque há um grande desejo nacional de preservá-las.

Como o senhor encara o projeto do PDT, que pretende chegar a eleições diretas 120 dias após a promulgação da Carta?

— Preliminarmente, reconheço que é pleno direito do PDT fazer sua pregação. Mas uma pregação tem que corresponder a uma necessidade social, a uma realidade social. Na minha visão pessoal, não creio que a Constituinte, em qualquer hipótese, cogite um mandato inferior a quatro anos para o presidente Sarney. Acredito que ele possa ir além disso: a cinco ou seis anos. Estou convencido de que teremos eleições indiretas a partir de 1988, 89 ou 90. Antes disso, não. Eleições diretas imediatamente após a promulgação são uma postulação respeitável de um partido que tem um chefe, um líder, que é candidato — um homem que tem a biografia respeitável do senhor Leonel Brizola, tem 65 anos e considera que o calendário deveria ser mais propício.

Prisco nega acordo envolvendo mandato

Salvador — "Tenho a impressão de que este acordo não existe", disse ontem o deputado Prisco Viana (PMDB/BA), ao comentar as informações de que as lideranças partidárias da Aliança Democrática estariam prestes a firmar um entendimento para a aprovação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Por esse acordo, o mandato de seis anos do presidente Sarney seria preservado em troca do poder à Constituinte para anular uma eventual decretação, pelo Governo, de medidas de emergência.

— Pelo que conheço do presidente Sarney, sei que ele não concordaria com isso. A duração do mandato do presidente não deve ser objeto de uma transação dessa natureza — disse Prisco. Ele admite que o deputado Ulysses Guimarães foi encarregado, pelo presidente Sarney, de trabalhar para a

Jânio viaja e PDS fica com prefeito

São Paulo — Pouco antes de embarcar ontem à noite para os Estados Unidos, o prefeito Jânio Quadros assegurou ao PDS, rechaçado nas urnas nos últimos anos, o retorno à Prefeitura de São Paulo. E que Jânio transmitiria o cargo ao presidente da Câmara Municipal, vereador Antonio Sampaio, já que o vice-prefeito Artur Alves Pinto, reeleito deputado pelo PFL, não quis se afastar da Assembleia.

Gonzaga Mota pede a Sarney mais recursos

O governador Gonzaga Mota será recebido às 16 horas de hoje em audiência pelo presidente José Sarney, a quem apresentará

suas despedidas e agradecerá o apoio que recebeu nos últimos dois anos da sua administração.

Na sua última semana de governo, Mota ainda tem esperança de conseguir recursos financeiros para colocar em dia o pagamento do salário do funcionalismo, que não recebe desde janeiro. Em Brasília, para onde viajou ontem à tarde, Mota vai se despedir também dos ministros.

Brizola pode ser réu em ação popular

Rio — O impetrante da notícia-crime que originou o inquérito policial que investigará as irregularidades da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) na compra de duas fazendas em Nova Iguaçu, o criminalista Luis Eduardo Sales Nobre, moverá hoje uma ação popular contra o Estado para que o dinheiro utilizado na transação que pagou pelas terras um valor 63 vezes maior do que o atribuído pela Bolsa de Imóveis do Rio seja devolvido aos cofres públicos.

Representando o deputado do PTB, Alcides Fonseca, o advogado se baseará na Lei 4.717/85, que regulamenta as ações populares e prevê a anulação de operações imobiliárias quando elas são realizadas com valores acima ou abaixo dos correntes no mercado. Primeiro depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa que também investiga o caso, Luis Eduardo Sales acha que descobrir o destino dados aos Cr\$ 17,7 bilhões pagos a mais pelas duas fazendas para devolvê-los à administração pública é tão fundamental quanto punir os autores da transação ilegal.

— Tenho certeza de que esse dinheiro foi desviado para a campanha eleitoral para prefeito e governador — afirmou — e que se o Darci Ribeiro tivesse vencido as eleições esses escândalos nunca teriam vindo à tona. Por isso, acho imprescindível lutar para que esses recursos retornem aos cofres públicos.

Por isso, o criminalista vai sugerir ao promotor Kleber Couto que depois do governador Brizola seja incluído no inquérito do dia 15, quando perde o fórum privilegiado e volta a ser um cidadão comum.

— Em minha opinião, o governador foi conveniente com toda a operação — continuou — uma vez que metade do montante pago pelas fazendas foi quitado em Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Rio de Janeiro (ORTRJ'S). E o bvio que Leonel Brizola autorizou isso e ele mesmo admitiu isso ao Globo quando disse que assinaria pelo menos cem atos como este.

O criminalista vai sugerir, também, que o promotor indiciasse o secretário de polícia civil, Niló Batista, pelo fato de ter se omitido em relação às denúncias.

"O PMDB está convocando os seus soldados". A declaração é do líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, que passou os dois últimos dias telefonando, pessoalmente, a todos os membros de sua bancada, que deverão estar em Brasília, no máximo, até terça-feira.

Isso porque o líder peemedebista, seguindo orientação do presidente do partido, Ulysses Guimarães, está considerando seriamente a possibilidade de um novo confronto no plenário para a votação do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, já que o PFL, depois do acordo praticamente fechado, apresentou um novo obstáculo ao entendimento, desta vez elegendo como barreira o artigo 82 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, que trata do funcionamento da Câmara e do Senado, apenas em situações extraordinárias, para deliberar sobre matérias de relevância nacional.

Apesar de colocar, publicamente, sua confiança no acordo, a cúpula do PMDB, baseada no comportamento do líder do PFL na Câmara, não descarta a possibilidade de que "eles podem, realmente, estar querendo endurecer o jogo, para obter a aprovação do Regimento e limitar, o quanto possível, a Assembleia Nacional Constituinte".

Foi por temer o fracasso das negociações, e por observar que o PMDB ficara acéfalo em Brasília durante a semana do

carnaval, abrindo todo campo de ação ao PFL, que Ulysses Guimarães pediu a Luiz Henrique que retornasse à Capital da República na última sexta-feira, para retomar de imediato as conversações e também para exigir a presença de toda a bancada, no caso de um novo confronto.

O líder do PMDB na Câmara disse ontem que está confiante no acordo. Ele se reuniu na última sexta-feira à noite, em sua casa, com José Lourenço, e conta que o líder do PFL "estava mais flexível", apesar de algumas resistências, no que diz respeito à iniciativa popular dentro da Constituinte e, principalmente, no que toca ao funcionamento da Câmara e do Senado. E ontem manteve encontro com representantes dos pequenos partidos, discutindo o regimento, em busca de apoio.

Afirmou que nos outros pontos já não há mais divergências, e informou que até o parágrafo sétimo do artigo 57 deixou de ser problema: "Nós fechamos um acordo, com a fusão da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima e o texto do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso". O entendimento vinha se fazendo com a utilização, também, de uma emenda de José Lourenço, que concordou em retirar-la do texto, segundo Luiz Henrique.

O cavale de batalha, agora, é o artigo 82, que prevê o funcionamento da Câmara e do Senado apenas em situações ex-

traordinárias, para tratar de matérias de relevância nacional. Contra essa situação, se levantaram os líderes do PFL e do PDS, Amaral Netto, que prometem forçar a abertura de sessão na Câmara, hoje, às 13 horas.

Também o Senador se rebelou contra o disposto no substitutivo de Fernando Henrique Cardoso, chegando a romper o entendimento de que o funcionamento da Câmara e do Senado ficaria sob responsabilidade das duas Casas, que se autolimitariam.

O presidente do Senado Federal, Humberto Lucena, marcou para às 18,30 horas, sessão para discutir o Regimento Interno da Casa, contrariando o acordo de que os senadores deveriam esperar a aprovação do Regimento Interno da Constituinte.

E essa a briga que Ulysses Guimarães vai enfrentar a partir de hoje. Ele que já foi derrotado duas vezes, quando tentou a criação de uma comissão de legislação ordinária, que substituiria Senado e Câmara, e quando propôs a formação de duas comissões, uma integrada por senadores, outra por deputados.

O presidente do PMDB passou a última semana escondido, "para recarregar as pilhas", segundo um peemedebista de plantão em Brasília. Retiro que provocou, do deputado José Lourenço, um comentário caustico: "O acordo está na praia, na serra, onde o PMDB está".

Lourenço adota tom moderado

Lourenço evitava a questão do regimento e da ruptura entre os partidos e proclamava, respaldando-se nas "dificuldades externas" vividas pelo País: "É hora de consolidar a Aliança".

"Estou falando em batatas e você quer falar em alhos", quisou-se ao repórter que insistiu em levar a entrevista para o ponto de atrito mais saliente entre PMDB e PFL, que são as restrições feitas por este partido ao substitutivo do projeto de regimento elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP). Lourenço assegurou, na tarde de ontem, que

o regimento não passa de "um problema menor" e apostou em uma solução fácil para a discussão que se arrasta há duas semanas.

Para ele, passavam a se sobrepôr os problemas externos, que o País só poderá enfrentar com uma sólida Aliança. "Precisamos conversar mais", ponderava, assinalando haver "muitos pontos de encontro" entre o PFL e o PMDB. Aquela hora, na verdade, Lourenço já fechara o acordo com Luiz Henrique — e suas palavras pareciam indicar que o PFL prepara uma radical mudança de retórica.

PDT teme golpe contra soberania

O deputado Nivaldo Barbosa (PDT-RS) desembarcou em Brasília ontem gravemente preocupado com o acordo entre o PMDB e o PFL — cujo conteúdo se aprovou em plenário, jo-

nes de reverter em plenário a tendência de aprovação de uma fusão do texto do senador Fernando Henrique Cardoso com a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O deputado do PDT posiciona-se principalmente contra a expressão "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas" da Constituinte, com a qual se define a finalidade dos projetos de decisão: isto equivale a dizer, lembra ele, que a Assembleia só poderá reagir às medidas de emergência depois que estas forem adotadas.

Barbosa, que defende a possibilidade de alterar a Constituinte

em vigor na medida em que o estulho autoritário não foi previamente removido, considera possível arrebatar no PMDB cerca de 210 votos necessários pelas suas contagens para,

somados aos dos pequenos partidos, chegar aos 290 e manter o texto como está no substitutivo. Uma empreitada sem dúvida difícil, mas que considera realizável: "O PMDB está em xeque e boa parte dele ficará contra o acordo", prevê o deputado, que pretendia conversar ainda ontem com outros dois peemedebistas além de Luiz Henrique: Ibsen Pinheiro e Antônio Britto — ambos gaúchos ligados ao grupo pró-soberania.

Sant'Anna está certo da aprovação

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, afirma que não tem procedência qualquer queixa contra ele, sustentando que agiu de forma irrepreensível durante as negociações em torno da questão da soberania, advertindo constantemente seus interlocutores de que era e é intermediário entre as partes, não tendo poder de decisão.

O líder do Governo está certo de que já foi obtido o acordo em torno da nova redação do parágrafo 7º do artigo 57, que dispõe sobre a controversa questão da soberania da Constituinte. Com o acordo, assegura-se a aprovação do Regimento Interno definitivo da Constituinte, permitindo que ela agora inicie os seus trabalhos.

Quem suscitou o polêmico problema da soberania da Constituinte foi o deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima, quando apresentou projeto que consistia numa delegação à Mesa da Assembleia para que ela pudesse alterar qualquer disposição constitucional.

A questão estava posta antes da instalação da Constituinte pela bancada do PMDB quando, em sua longa reunião do dia 30 de janeiro, decidiu reclamar a não eleição das Mesas da Câmara e do Senado com o recesso das duas Casas e a ampla soberania da Assembleia Nacional Constituinte, para que ela funcionasse em termos exclusivos.

Diante da polémica criada em torno de seu projeto, depois da abertura da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima procurou o presidente da República para expor as razões que justificavam sua proposição. Sarney ouviu e o aconselhou a procurar o deputado Carlos Sant'Anna, então investido na condição de líder do Governo, que estava autorizado a estabelecer negociações.

Sant'Anna lembrou que houve uma seqüência de conversações com o grupo Pró-Soberania nas quais ele atuou como intermediário entre aquela corrente e o Governo.

O grupo desejava suprimir as chamadas salvaguardas do Estado (estado de sítio, estado de emergência, medidas de emergência), decurso de prazo, o decreto-lei e, ao mesmo tempo, devolver as prerrogativas do Poder Legislativo, ampliar as inviolabilidades e imunidades parlamentares, excluindo deputados e senadores da ameaça de processo nos termos da Lei de

o PFL. Sant'Anna e o líder do PFL, deputado José Lourenço, tiveram que comandar a precipitada retirada de parlamentares fiéis ao Governo para evitar, na quarta-feira anterior ao sábado de carnaval, que o Regimento Interno fosse aprovado com aquele dispositivo.

Já investido na condição de principal negociador, Ulysses Guimarães acrescentou um parágrafo, o 8º, chamado de ferro-lho, na linguagem parlamentar, o qual consiste em atribuir à Comissão de Sistematização o poder de aprovar o projeto de decisão em defesa da soberania da Constituinte ou simplesmente arquivá-lo, se considerá-lo improcedente.

Algumas horas depois, Sant'Anna disse que foi advertido de que a redação do parágrafo dava margem a diferentes interpretações e seus termos já não correspondiam ao acordo firmado, especialmente quando estabeleciam que os chamados projetos de decisão da Constituinte destinavam-se a tratar de matéria relevante — sem definir claramente o que seria relevante. Na interpretação dos homens do Governo, relevante poderia ser um projeto de decisão da Constituinte marcando eleição para escolha de novo presidente da República este ano.

Diante da advertência da parte do senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, Sant'Anna promoveu nova reunião para tratar do problema surgido. Chegou-se ao texto de um parágrafo estabelecendo que "para efeito do parágrafo anterior considera-se matéria de relevância fato determinado, superveniente, de natureza grave, que ameace o funcionamento da Constituinte".

Tentou-se o acordo em torno de nova redação em várias reuniões. O senador Fernando Henrique Cardoso aproveitou o "gancho" oferecido por emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima, mas o grupo Pró-Soberania não concordava. O acordo tornou-se possível depois do entendimento que teve Sarney com Ulysses Guimarães em almoço sábado de carnaval no sítio do Presidente da República.

Ulysses Guimarães reuniu-se com Sant'Anna e Luiz Henrique, o líder do PMDB na Câmara, reclamando maior compreensão e colaboração entre os dois.



Sant'Anna

"Fui intermediário"

Segurança Nacional e restabelecer o poder de emenda sobre a proposta orçamentária.

O grupo Pró-Soberania contentou-se com um simples ato declaratório da soberania da Constituinte no preâmbulo do Regimento Interno. O senador Fernando Henrique Cardoso minutos depois do texto que foi lido e relido pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo senador Afonso Arinos de Melo Franco.

Foi em cima desse texto que trabalhou o grupo Pró-Soberania, que só reclamou a supressão de algumas palavras até que a redação ganhasse a forma atual. O texto dizia expressamente que a Constituinte é livre e soberana, mas que sua ação ficaria circunscrita à elaboração da nova Carta Constitucional.

Numa reunião em que se examinava esse texto, o deputado gaúcho Nelson Jobim levantou a tese de que a Constituinte precisava de instrumentos para exercer esse poder defensivo diante de qualquer ameaça. Foi a essa altura que Fernando Henrique Cardoso ponderou que soberania se exercita, não se declara. Concluiu-se pela necessidade de criar um dispositivo para instrumentalizar a soberania.

Dai nasceu a redação do parágrafo 7º do artigo 57, contra o qual se insurgiram o Governo e